



1734 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)  
Eixo Temático 06 - Formação de Professores

**ENTRE A DOCÊNCIA E A MERCANTILIZAÇÃO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EAD COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO DE AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES**

Alexandra Domingues - PPGEDU/UFRGS

Neusa Chaves Batista -

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não houve financiamento

Este é um artigo que pretende analisar o papel da Educação a distância como política pública de ampliação do acesso ao Ensino Superior. A referida modalidade de Educação ergue-se com o intuito de elevar a formação dos profissionais da Educação Básica, trazendo-lhes facilidades tecnológicas que objetivam um tipo de aprendizado mais autônomo e disponível. O capitalismo é um formato de exploração da economia, que visa através do lucro, mercantilizar todos os artefatos necessários a vida humana. Com a justificativa de Expansão da Educação Superior, que não é provisão obrigatória do estado (lei 9394/96), esta estrutura econômica observa na Educação um terreno fecundo para sua ação. Nesse sentido pretende-se analisar de forma crítica a Expansão da Educação Superior a partir dos anos de 1960, década esta em que inicia-se efetivamente a abertura das instâncias Educacionais para o capital privado. Para realizar esta reflexão observa-se a influência do Plano Diretor de Economia do Estado (1995) desenvolvido pelo então ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira. Este documento que sugere que o Estado assuma o perfil de uma empresa capitalista torna-se uma base fecunda para a assunção de uma Economia gerencial por parte do governo.

**ENTRE A DOCÊNCIA E A MERCANTILIZAÇÃO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EAD COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO DE AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES**

**RESUMO**

Este é um artigo que pretende analisar o papel da Educação a distância como política pública de ampliação do acesso ao Ensino Superior. A referida modalidade de Educação ergue-se com o intuito de elevar a formação dos profissionais da Educação Básica, trazendo-lhes facilidades tecnológicas que objetivam um tipo de aprendizado mais autônomo e disponível. O capitalismo é um formato de exploração da economia, que visa através do lucro, mercantilizar todos os artefatos necessários a vida humana. Com a justificativa de Expansão da Educação Superior, que não é provisão obrigatória do estado (lei 9394/96), esta estrutura econômica observa na Educação um terreno fecundo para sua ação. Nesse sentido pretende-se analisar de forma crítica a Expansão da Educação Superior a partir dos anos de 1960, década esta em que inicia-se efetivamente a abertura das instâncias Educacionais para o capital privado. Para realizar esta reflexão observa-se a influência do Plano Diretor de Economia do Estado (1995) desenvolvido pelo então ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira. Este documento que sugere que o Estado assuma o perfil de uma empresa capitalista torna-se uma base fecunda para a assunção de uma Economia gerencial por parte do governo.

**Palavras-Chave:** Educação Superior, Educação a distância, Educação básica, Formação de professores

**Introdução**

O artigo a seguir, pretende abordar e analisar o papel da Educação a distância como política pública de ampliação do acesso ao Ensino Superior. Bem mais especificamente, o texto pretende ainda que de forma sucinta, problematizar processos de formação inicial de professores para a educação básica que ocorram através da modalidade a distância. Têm-se como campo de análise, cursos mediados pela utilização de inovações tecnológicas que objetivem proporcionar a interlocução entre docentes e discentes intencionando uma formação em nível superior. A modalidade de educação a distância que se organiza de forma associada à Universidade Aberta do Brasil (UAB), surge a partir de uma iniciativa do Ministério da Educação em parceria com outros entes federativos tendo como um de seus objetivos principais a oferta de formação inicial e qualificação para a maior quantidade possível de professores e trabalhadores da educação básica. Em um primeiro momento a Universidade Aberta do Brasil possuía como objetivo atender professores e equipes diretivas que já estivessem em atividade nas escolas e instituições de ensino, porém na atualidade os cursos a distância possuem um público mais genérico que vai desde funcionários de escola e professores da educação básica até outros profissionais que possuam interesse em uma formação mais autônoma e em formato diferenciado da educação presencial. De acordo com a ABED (Associação brasileira de Educação a distância) o principal público desta modalidade, agora referindo-nos mais especificamente a cursos ofertados por instituições mantidas pelo governo federal, pertence a populações de zonas periféricas do Brasil que possuem dificuldades geográficas e econômicas de acesso às cidades melhor desenvolvidas econômica e culturalmente. Salienta-se que a Educação a distância, como modalidade de educação é instituída juridicamente no Brasil a partir da promulgação do decreto 5622/2005 que hoje, encontra-se revogado pelo decreto 9057/2017. O decreto 9057/2017 regulamenta o artigo 80 da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 o qual discorre sobre a educação a distância em todos os níveis e modalidades de educação no Brasil. Já a Universidade Aberta do Brasil como sistema de formação constituído por universidades públicas é instituída pelo decreto 5800/2006, nele são dispostos os objetivos e finalidades da UAB. É importante salientar que esta pesquisa não tem como objetivo avaliar as condições e possibilidades tecnológicas que o formato operacional da Educação a distância pode proporcionar aos seus alunos e alunas; no entanto é questão primordial para essa pesquisa o quanto a educação a distância como política pública, pode ou não aliar-se com um tipo de formação professoral que se viabiliza como libertador de consciências, no sentido emancipatório que entendemos que a formação de professores deve operar, ou ao que pode ser observado como reproduzidor de desigualdades no sentido mercadológico e competitivo empreendido pelo modo capitalista de gerir os bens sociais. Dessa forma, vê-se como objetivo necessário na formação de professores, que se utilizam do sistema UAB, um grande investimento na instrumentalização intelectual crítica dos professores. Acredita-se, a partir da base teórica que fundamenta esse trabalho, que professores instrumentalizados intelectualmente de forma crítica irão, por conseguinte, instrumentalizar intelectual e culturalmente seus alunos para o exercício consciente da cidadania, exercício este que possibilitará uma importante transformação na sociedade objetivando assim uma nação mais justa e solidária. A intencionalidade do fazer professoral, ou seja, a importância da futura prática do educador deve refletir um aprendizado comprometido com uma sociedade íntegra e agregadora. Nesse sentido o propósito da formação professoral não deve refletir desde lógicas mercadológicas e superficiais onde a constituição profissional de professores organiza-se de forma técnica e descontextualizada de seu papel na atividade social. Somos obrigados a tentar

entender que a produção das desigualdades ou dos outros como desiguais tem enraizamentos sociais e políticos mais profundos e mais complexos (Arroyo, 2010). O capitalismo é um formato de exploração da economia, que visa através do lucro, mercantilizar todos os artefatos necessários à vida humana. Com a justificativa de expansão da Educação Superior, que não é provisão obrigatória do Estado (lei 9394/96), esta estrutura econômica observa na educação um terreno fértil para sua ação. Nesse sentido pretende-se analisar de forma crítica a expansão da Educação Superior a partir dos anos de 1960, década caracterizada pela abertura das instâncias educacionais para o capital privado. Para realizar esta reflexão tem-se como instrumento de pesquisa a análise da influência do Plano Diretor de Economia do Estado (1995), desenvolvido pelo então ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira. Este documento, que sugere que o Estado assumia o perfil de uma empresa capitalista, torna-se uma base fecunda para a assunção de uma Economia Gerencial por parte do Estado.

## **Desenvolvimento**

A pesquisa tenciona a formação de professores na modalidade a distância a partir da ampliação do ensino privado no Brasil desde a reforma universitária de 1968. Neste contexto, aparecem dois atores principais: apesar do contexto repressivo desse período histórico, de um lado, professores, intelectuais progressistas e estudantes pleiteiam uma educação mais crítica, engajada socialmente e com mais vagas no sistema público, ou seja, sugerem investimentos na ampliação de vagas e recursos nas instituições públicas de educação superior, e por outro lado a elite conservadora da época aliada importante do regime militar (1964-1985), objetivando a manutenção de um sistema de educação classificatório e excludente, estabelece a elaboração de um plano de expansão do ensino superior que favoreça a ampliação significativa das instituições privadas de educação e a consolidação de seus interesses. A situação política daquele período requereu ajustes na educação superior, o que foi feito pela reforma universitária instituída pela lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968 (MANCEBO, MARTINS E VALE 2015). Esta reforma torna-se uma das primeiras regularizadoras de um perigoso processo de parcerias público-privadas que pretenderão garantir a formação do desenvolvimento intelectual no Brasil. Referimos desenvolvimento intelectual, pois considera-se que é na Educação Superior através das universidades e de seus programas de graduação e pós-graduação que se produz o conhecimento científico nas mais variadas áreas de conhecimento. Em tese, o conhecimento produzido e compartilhado através das instituições públicas de ensino superior objetiva a aplicação na sociedade, ou seja, a melhoria das condições de convivência dos cidadãos envolvidos na sociedade. A reforma de 1968 pode ser entendida da seguinte forma:

“Do ponto de vista político, constitui resposta a uma pressão por acesso ao ensino superior, demanda claramente colocada no seio da sociedade civil, de modo específico entre duas camadas médias. Do ponto de vista técnico, procura atender a uma exigência de racionalização, tanto no sentido de conter a expansão desordenada deste nível de ensino, quanto de prover os meios para que as instituições pudessem vir a oferecer mais e melhor ensino, num ambiente onde a participação estudantil fosse posta sob controle” (Vieira, Freitas, 2003, p. 132)

A partir desta reforma algumas instituições privadas, com algumas exceções observadas principalmente em instituições de orientação profissional, começam a operar a partir de uma lógica conservadora e mercantilista. Lógica conservadora, pois se alia ao pensamento de algumas instituições civis morais e religiosas, como grupos sociais e igrejas, e mercantil, pois objetivam bem mais o lucro financeiro e a preservação do status social das camadas populares do que a ampliação de um tipo de formação que esteja comprometido com a melhoria das condições econômicas e culturais do país. De certa forma, essa parcela tradicionalista da sociedade reitera historicamente sua aversão às classes periféricas, ou seja, sua hostilidade aos diferentes, ou conforme o pensamento de Arroyo (2010), aos outros que são produzidos como outros através da desigualdade.

As desigualdades nas sociedades colonizadas e pós-coloniais são mais radicais ao produzirem os outros como inexistentes, exteriores, as formas aceitas de inclusão. Os outros, ao não existirem, não são nem incluíveis. (Arroyo,2010,p.1406)

Pensando particularmente no caso da formação de professores no Brasil, neste momento histórico, ainda que de forma menos devastadora que a que pode ser observada na atualidade, inicia-se a constituição de um tipo de desenvolvimento professoral que se preocupa bem mais com a inserção no mercado de trabalho do que com a particularidade emancipatória que deve resguardar a atuação dos profissionais da educação. Em 1995, com o governo Fernando Henrique Cardoso este processo de expansão das instituições privadas no Brasil segue crescente. O documento elaborado por Luiz Carlos Bresser Pereira, Paulo Paiva, Pedro Malan e José Serra, entre outros, intitulado: Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, aconselha o estado a claramente perseguir um modo eficiente e gerencial de desenvolvimento o qual deve tornar-se mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital, ou seja, a educação e outros direitos sociais deixam de ocupar um espaço de investimento para oficialmente tornarem-se desembolso desnecessário para o estado.

Esse debate se situa no contexto do movimento internacional de reforma do aparelho do Estado, que teve início na Europa e nos Estados Unidos. Para uma melhor compreensão desse movimento, é preciso levar em consideração que ele está relacionado com o gerencialismo, ideário que floresceu durante os governos de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan.(Paula, 2004, p.37).

Neste sentido a educação passa então a ser vista pelos empresários e investidores de mercado como um empreendimento com possibilidades amplamente lucrativas. Já em 2003, a partir do governo Luis Inácio Lula da Silva as instituições públicas iniciam um novo processo de expansão com a criação dos Institutos Federais, concursos para professores nas instituições públicas de formação superior, concursos para técnicos administrativos em educação e reorganização dos planos de carreira dessas duas categorias profissionais. Porém, apesar dos avanços citados o sistema de ensino privado ainda segue fortalecido durante o governo Lula. Como é possível notar através do sítio eletrônico do Ministério da Educação, nesse período que nos é contemporâneo, são inaugurados e ampliados os sistemas de bolsas e financiamentos estudantis como são exemplos o PROUNI e o FIES. Programas como os citados injetam vigorosas quantias no mercado educacional. Sobreleva-se que a manutenção desses programas é responsável pelo acesso de jovens e trabalhadores a educação superior, no entanto acredita-se que tais mecanismos de acesso devem ocupar um espaço de fugaz investimento governamental, o modo de aplicação contínua e ampla deve ser realizada em instituições públicas pois é através delas que a população tem resguardado o seu direito a educação. A expansão do setor privado consolidada principalmente após o Plano Bresser obedece a pressão de setores que se voltam para o ensino de massa, a partir de nosso entendimento e da perspectiva de pesquisa que adotamos esta forma de transmissão de conhecimento não possui comprometimento com a Educação em seu sentido transformador, o qual já foi mencionado durante o desenvolvimento deste artigo. No mercado da instrução que se abre freneticamente para os lucros, estão pessoas com formações das áreas mais diversas como administração, economia e publicidade, formações essas totalmente voltadas para o sentido empreendedor e de adestramento da profissão. Nesse contexto mercantil, surgem e ampliam-se em oferta vários cursos de licenciatura em educação a distância que oferecem formações rápidas e autônomas. Na fração compartilhada nesse artigo revela-se o caso das segundas licenciaturas de duas instituições privadas que oferecem a formação professoral como uma complementação de renda, tais instituições trazem dois apresentadores de televisão aberta que se encaixam muito bem no perfil do mercado publicitário, visto que são bonitos, populares, heterossexuais, chefes de família e muito bem sucedidos financeiramente. As empresas que sustentam o sentido empreendedor dado por essas campanhas pertencem ao Grupo Kroton,

grupo mineiro de capital aberto que hoje atua em todos os setores educacionais, desde o ramo de cursos para concursos até formações profissionais técnicas e de formação estrita, tal grupo empresarial possui como *slogam* a frase: paixão por educar. A entidade mencionada investe massivamente em uma publicidade favorável a esse sistema de educação trazendo à tona todas as vantagens dos estudos à distância. O caso das segundas licenciaturas traz a oferta de segundas formações em licenciatura como oportunidade de complemento salarial. A frase imperativa e emblemática da peça publicitária em questão aconselha: torne-se professor e aumente sua renda. Dando assim ao fazer professoral um status de complemento salarial apenas. Entendemos que a frase e a propaganda veiculadas pela mídia nacional abrem espaço para problematizar o sentido de formação que tais empresas, que possuem um modo de atuação comprometido com o mercado, executam através do modo de produção ética com os qual estão comprometidas e acostumadas a lidar. Há na frase, que trás consigo toda uma perspectiva corporativa, um tipo de confusão quase constrangedor entre a formação docente e o papel subjetivo e ético que resguarda a atuação do professor. Entende-se que o professor é um dos profissionais que abriga a força e a amplitude para reconfigurar a situação de desigualdade do país. Nestas formações, ofertadas por determinadas empresas privadas a escola se situa apenas como um meio de acesso aos artefatos capitalistas deixando assim de unir-se aos objetivos de transformação com vista à justiça social, para se unir aos objetivos do capital. Neste sentido se dá a importância de instituições de educação superior que invistam em pesquisa e extensão. Por esse ângulo percebe-se a importância de fortalecer o sistema público de educação e a própria universidade aberta do Brasil, com objetivos críticos e currículos engajados no fortalecimento da instrução dos docentes por ela formados. A universidade deve produzir pesquisas que beneficiem a comunidade, as pessoas, o meio ambiente, a sociedade e não o capital. Por esses motivos observamos a necessidade de que os cursos de formação de professores objetivem uma formação problematizadora e reflexiva.

A lógica que percebe a profissão docente como uma mera complementação de renda, possui mecanismos de controle complexos, que visam entre outros desarticularem a construção de uma classe trabalhadora consciente de seus direitos. Por isso, enxerga-se essa expansão mercadológica da formação de professores como uma estratégia neoliberal para a manutenção da desigualdade social, visto que opera a partir da deformação e limitação da consciência cidadã.

### **Procedimentos metodológicos**

A escolha metodológica da pesquisa é algo que deve refletir a seleção teórica do pesquisador. O método aproxima o problema e o objetivo da pesquisa. A investigação deve suscitar uma ampla discussão e uma conclusão que abranja a hipótese do problema inicial. É possível observar que a pesquisa preocupa-se com a realidade social de um grupo e por este motivo desenvolver-se-á de forma qualitativa.

O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa, dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. Por isso não existe um "continuum" entre abordagens quantitativas e qualitativas, com muita gente propõe, colocando uma hierarquia em que as pesquisas quantitativas ocupariam um primeiro lugar, sendo "objetivas e científicas". (MINAYO, 2008, P. 21)

Tem-se como questão de pesquisa a potencialidade da educação a distancia como política pública que pode ou não aliar-se a um tipo de formação professoral que procure ocupar um espaço de emancipação social ou de reprodução de desigualdades. Para tanto ao realizar um recorte de pesquisa para a organização de um artigo opta-se por assumir um caráter exploratório-reflexivo a partir da revisão bibliográfica atual sobre o tema de pesquisa que nos instiga observar. São instrumentos de coleta e análise de pesquisa os dados disponíveis na Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, no ministério da Educação através do sistema Universidade Aberta do Brasil e também na literatura educacional considerando a posição teórico-metodológica crítica no que se relaciona com a formação de professores e sua posterior atividade na educação básica. O documento elaborado durante o período em que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil, intitulado como plano diretor da reforma do aparelho do estado também serve como argumentação para a análise da fase em que efetivamente o estado brasileiro assume a prática gerencial como estratégia para elaboração de políticas educacionais. O período ditatorial do Brasil que se estende entre os anos de 1964 a 1985 é fonte de pesquisa para compreender o quanto a formação de professores no Brasil ainda possui marcas de repressão e autoritarismo. Provisoriamente podemos concluir que não é aleatório que a educação privada permaneça se desenvolvendo de forma tão rápida e vigorosa. Os mecanismos neoliberais de controle visam ampliar uma classe trabalhadora sem discernimento sobre o seu lugar social, sem percepção sobre seus direitos e por isso corrompida pela angústia e o desejo de acesso os bens capitalistas. Somente uma nova pedagogia, colaborativa e engajada pode vislumbrar um novo ciclo cidadão. A educação pode e deve expandir-se, porém, tal expansão deve ocorrer de forma comprometida com a modificação da nossa sociedade.

### **Considerações finais**

A essência transformadora da escola confronta-se com *omodus – operandi* de uma sociedade que valoriza a concorrência, o individualismo e a conformidade, entretanto uma das maiores implicações que pode ser observada pela reprodução deste tipo de conduta no ambiente escolar, reside no fato de que a profissão professor, não é uma profissão qualquer, ao passo que a profissão docente carrega em si possibilidades, talvez maiores que as de outras profissões, para operar a partir de uma logicidade sensível há um modo de vida cooperativo e generoso. Há uma dimensão política na formação de professores, e enquanto esta dimensão acompanhar o pensamento capitalista, não existirá expectativa para melhores dias. Enquanto nós, professores, estudantes e trabalhadores das mais diversas categorias profissionais nos deixarmos açoitados pelos mecanismos opressores de quem nos ataca e explora, não existirá força para outro tipo de organização social. A Educação é a maior arma que a classe trabalhadora possui em suas mãos para poder manter a sua dignidade. A partir da Educação como um todo, mas principalmente, a partir da escrita e da leitura dos números e da vida, que os cidadãos comuns podem compreender seus direitos a terra, a saúde e a Educação entre outros. É preciso saber ler e interpretar para compreender que a roda capitalista se fortalece a partir das nossas vulnerabilidades. De acordo com Santos (1998) há, pois, que buscar alternativas de sociabilidade que neutralizem ou previnam esses riscos e abram caminhos a novas possibilidades democráticas. Quando se abre mão da rigorosidade teórica e da amorosidade ao sonho da transformação ao ensinar, para lidar apenas com dados e números consonantes aos projetos meritocráticos do governo, começa-se a compactuar com a manutenção equivocada de um tipo de vida mesquinho e prepotente. O professor tem papel fundamental na construção de uma educação mais igualitária. É preciso reverter valores individuais para valores solidários. Conforme Severino (2013, p.46)

a formação que se espera que a universidade forneça aos estudantes de todas as áreas, independentemente de sua especialização profissional, é o desenvolver, o suscitar e o amadurecer de uma capacidade de reflexão integradora das significações, de modo que todo profissional se torne um 'pensador', não no sentido de uma especialização separada, mas como alguém que tenha desenvolvido sua sensibilidade intelectual à condição de sua existência histórica, como pessoa inserida num tempo histórico e num espaço social, tornando-se o mais capaz possível de inserir o microsentido de seu existir pessoal no macrosentido de seu existir social, passando a viver nas coordenadas de um projeto comum.

É emergente nos munirmos enquanto povo, de uma pedagogia mais reflexiva e participativa ancorada em uma formação consciente. Neste sentido tenciona-se o sentido de direito à educação, empreendido pela Constituição Federal do Brasil, lei do ano de 1988. A CF de 1988 constituiu-se como o primeiro e grande marco da sociedade democrática no nosso país. Após um período ditatorial de 21 anos, vivenciado entre os anos 1964 a 1985, a pressão popular por liberdade a partir do golpe dos militares (1964) leva brasileiros e brasileiras às ruas para exigir eleições diretas para presidente, manifestação essa que mais tarde conceberá um país avigorado democraticamente através do voto. O direito a Educação figura entre os direitos sociais inscritos no capítulo II da nossa constituição, no entanto este é um dos direitos mais afetados pela crescente desigualdade demandante pela falta de oportunidades justas para os cidadãos que pertencem às classes menos

favorecidas. Conforme já referido durante a apresentação do tema de pesquisa, a Educação vem assumindo um caráter gerencial sendo vista como um grande negócio lucrativo para o estado e para seus parceiros privados. O estado se beneficia através de apoios políticos e a iniciativa privada se beneficia a partir da isenção de impostos e de investimentos públicos. De modo geral a estratégia governamental que se efetiva através deste movimento liberal para a Educação revela que as oligarquias nacionais pretendem continuar a oferecer um tipo de ensino diferente para o povo e para as classes abastadas, ou seja, uma escola de pobre para os pobres e uma escola de rico para os ricos. Nas escolas de educação básica há falta de estrutura e professores desmotivados, pois são vítimas dos severos abusos aos seus direitos. Nas escolas de educação básica das classes abastadas além de todo o financiamento privado garantido pelo preço alto das mensalidades cobradas, há incentivo público, através de bolsas e estrutura logística renovada através de ruas asfaltadas e segurança ao seu dispor, os seus professores são motivados pelas instâncias mercadológicas de concorrência empreendida pelo capital. A expansão das instituições superiores está intimamente ligada a um nicho comercial que se cria a partir da falta de investimento na estrutura pública de ensino. No entanto de acordo com as legislações educacionais o sistema público de ensino deverá equacionar oportunidades iguais aos cidadãos em período de formação básica. Porém, com professores que terminam suas graduações sem entender ao menos sobre as tecnologias básicas de construção das operações linguísticas e matemáticas, como no caso de muitos estudantes, futuros professores, formados através de instituições mercantis de educação a distância, a escola pública torna-se reprodutora das desigualdades. Em um país de tantas diferenças, o direito a educação é um ato político de revolução, nesse sentido ampliar o acesso à educação aliado a interesses capitalistas é algo que não pode passar sem ser percebido por nós, professores, pesquisadores e trabalhadores da área da educação.

#### 4 Referências

- ABED – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Censo ead.br: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. Disponível em: [http://www.abed.org.br/censoead/CensoEaDbr0809\\_portugues.pdf](http://www.abed.org.br/censoead/CensoEaDbr0809_portugues.pdf) Acesso em 03/02/2018.
- ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, pág. 1381 a 1416. out./dez., 2010.
- BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: Acesso em: 22 mai. 2017.
- BRASIL, Decreto- Lei 5622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da lei número 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf> Acesso em: 02 de fev. de 2018
- BRASIL, Decreto- Lei 9057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o artigo 80 da lei número 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm) Acesso em: 02 de fev. de 2018
- BRASIL, Decreto- Lei 5540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5540.htm) Acesso em: 20 de jan. de 2018
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em Acesso em: 22 mai. 2017.
- Brasil. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, DF, 1995.
- GATTI, B. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n 113, p. 1355 -1379 out-dez. 2010.
- GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1999.
- KROTON. Portal Ensino – Kroton Institucional. Disponível em <<http://www.kroton.com.br/>>. Acesso em: 03 fev. 2018
- MANCEBO, Deise; JUNIOR, João dos Reis Silva; LÉDA, Denise Bessa. O trabalho nas instituições de Educação Superior. RBPAE, Goiás, v. 32, n. 3, p. 739 a 757 set-dez. 2016.
- MAUÉS, Olgaídes Cabral; BASTOS, Robson dos Santos. As políticas de educação superior na esteira dos organismos internacionais. . RBPAE, Goiás, v. 32, n. 3, p. 699 a 717. set-dez. 2016.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_. (org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PAULA, Ana Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. Revista de administração de empresas, Campinas, vol.45, n.1, jan-marc.2005.
- SANTOS, Boaventura (1999). Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes et al. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. RJ: Contraponto.
- SEVERINO, Antônio J. Da docência no ensino superior: condições e exigências. Comunicações, Piracicaba, v.20, nº 1, p. 43 a 52 jan-jun. 2013.